



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE ANCUABE PROVÍNCIA DE CABO DELGADO



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima, Relevo e Solos	2
1.3 Infra-estruturas	4
1.4 Economia e Serviços	5
2 História, Política e Sociedade Civil	8
2.1 História e cultura	8
2.2 Cenário político actual e sociedade civil	10
3 Demografia	13
3.1 Estrutura etária e por sexo	13
3.2 Traço sociológico	13
3.3 Línguas faladas	14
3.4 Analfabetismo e Escolarização	14
4 Habitação e Condições de Vida	15
5 Organização Administrativa e Governação	17
5.1 Governo Distrital	17
5.2 Reforma do sector público	19
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	20
5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	21
5.3.2 Obras Públicas e Habitação	22
5.3.3 Educação e Saúde	23
5.3.4 Cultura, Juventude e Desporto	23
5.3.5 Mulher e Coordenação da Acção Social	23
5.3.6 Justiça, Ordem e Segurança pública	24
5.4 Desminagem	25
5.5 Finanças Públicas	26
5.6 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	26
5.7 Participação comunitária	27
5.8 Apoio externo	27
6 Posse e Uso da Terra	28
6.1 Posse da terra	28
6.2 Trabalho agrícola	29
6.3 Utilização económica do solo	30

7	Educação	31
8	Saúde e Acção Social	34
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	34
8.2	Acção Social	35
9	Género	36
9.1	Educação	36
9.2	Actividade económica e exploração da terra	36
9.3	Governança	37
10	Actividade Económica	39
10.1	População economicamente activa	39
10.2	Orçamento familiar	40
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	41
10.4	Infra-estruturas de base	42
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	43
10.5.1	Produção agrícola e sistemas de cultivo	43
10.5.2	Pecuária	45
10.5.3	Pescas, Florestas e Fauna bravia	45
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	46
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Ancuabe	48
	Documentação consultada	50

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	13
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	13
TABELA 3:	População, consoante o conhecimento de Português	14
TABELA 4:	População, por condição de alfabetização, 1997	14
TABELA 5:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	15
TABELA 6:	População, por condição de frequência escolar	31
TABELA 7:	População, por nível de ensino que frequenta	32
TABELA 8:	População, por nível de ensino concluído	32
TABELA 9:	Escolas, alunos e professores, 2003	33
TABELA 10:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	34
TABELA 11:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	34
TABELA 12:	População, por condição de orfandade, 1997	35
TABELA 13:	População deficiente, por idade e residência, 1997	35
TABELA 14:	População activa, por ramo de actividade, 2005	40
TABELA 15:	Rede de estradas	42
TABELA 16:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	45

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	15
FIGURA 2:	Habitações, por tipo de materiais usados	16
FIGURA 3:	Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água.....	16
FIGURA 4:	Locais suspeitos de minas.....	25
FIGURA 5:	Estrutura do orçamento distrital, 2004.....	26
FIGURA 6:	Estrutura de exploração agrária da terra.....	29
FIGURA 7:	Parcelas agrárias, segundo o tipo de posse.....	29
FIGURA 8:	Explorações e área, por culturas principais.....	30
FIGURA 9:	População, por nível de ensino que frequenta.....	31
FIGURA 10:	Indicadores de escolaridade, por sexos.....	36
FIGURA 11:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	37
FIGURA 12:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	39
FIGURA 13:	Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços	40
FIGURA 14:	Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal.....	41



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

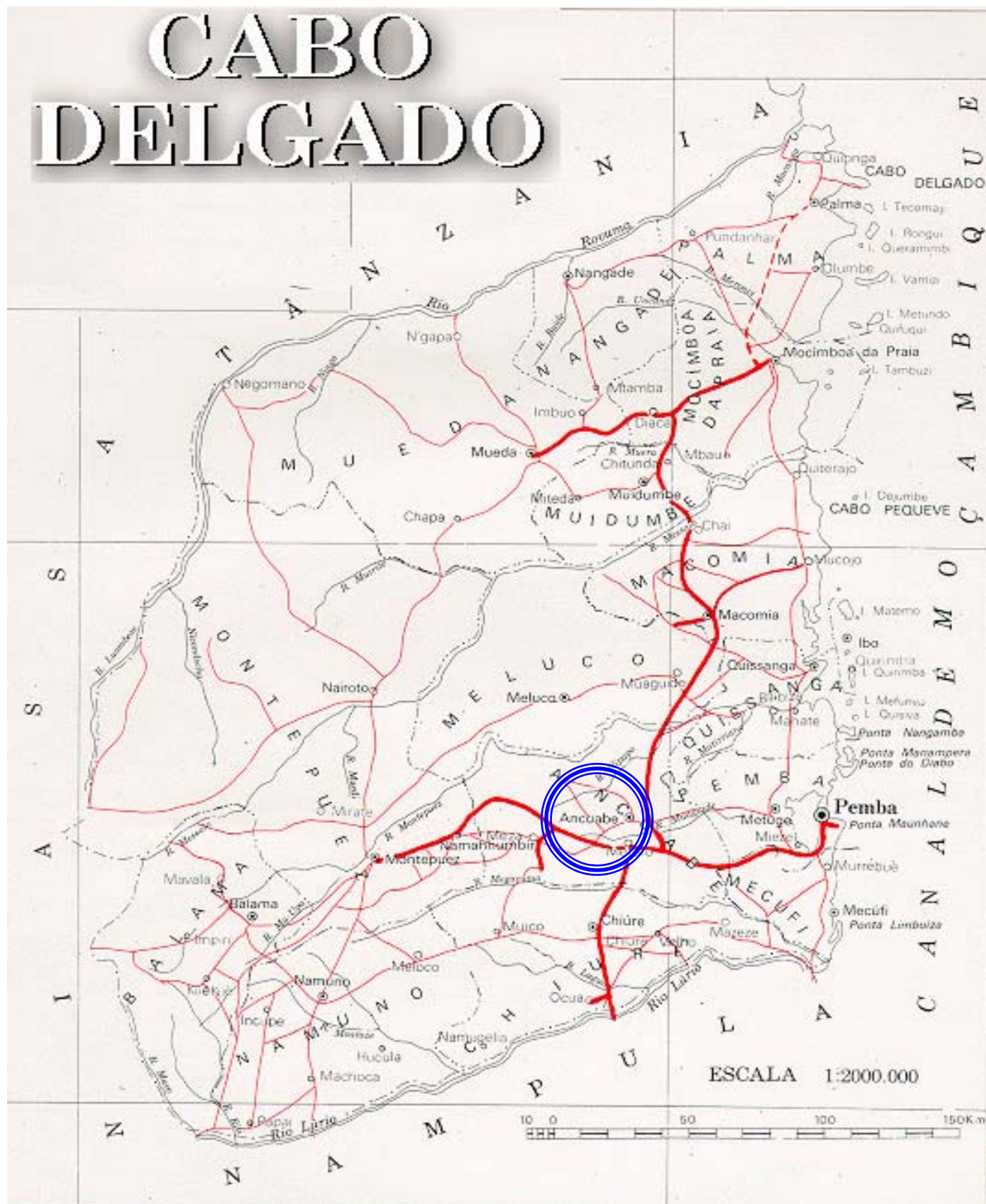
Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Ancuabe está localizado na parte sul da Província de Cabo Delgado, a cerca de 100 Km de Pemba, a cidade capital, confinando a Norte com o distrito de Meluco, a Sul com o distrito de Chiúre, a Este com os distritos de Pemba-Metuge e Quissanga e a Oeste com o distrito de Montepuez.

Com uma superfície¹ de 4.836 km² e uma população recenseada em 1997 de 87.243 habitantes e estimada, à data de 1/1/2005, em 108.924 habitantes, este distrito tem uma densidade populacional de 21.9 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa.

A população é jovem (43%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 48%) e de matriz rural acentuada.

1.2 Clima, Relevo e Solos

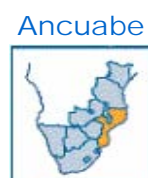
Climaticamente a região é dominada por climas do tipo semi-árido e sub-húmido seco. A precipitação média anual varia de 800 a 1200 mm, enquanto a evapotranspiração potencial de referência (ET_o) está entre os 1300 e 1500 mm. A precipitação média anual pode contudo, mais perto do litoral, por vezes exceder os 1500 mm, tornando-se o clima do tipo sub-húmido chuvoso.

Em termos da temperatura média durante o período de crescimento das culturas, há regiões cujas temperaturas excedem os 25°C, embora em geral a temperatura média anual varie entre os 20 e 25°C.

O distrito é atravessado por vários cursos de água, quase todos eles de regime periódico. Os principais rios são o Muaguide, o Montepuez e o Megaruma.

O distrito possui muita terra arável e produtiva, sobretudo no Posto Administrativo de Meza, considerado o celeiro do distrito. Outrora, existiram nestas terras grandes plantações (algodão, milho e feijão) destinadas à exportação, alimentação e fonte de emprego das

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>
PÁGINA 2



populações. Grande parte destas terras está actualmente inexplorada.

O distrito possui numerosas formações rochosas que são utilizadas para exploração de pedras para construção, como por exemplo a zona de Nipataco, cujas pedras foram usadas na construção da estrada Pemba-Montepuez. Por outro lado, o distrito possui inúmeras montanhas, das quais destacamos a montanha de Ancuabe localizada na periferia da sede, que deu o nome ao distrito. Nalgumas montanhas são realizadas cerimónias de culto aos antepassados, de acordo com a tradição histórica do povo local.

Uma parte considerável do interior é de altitudes compreendidas entre os 200 e 500 metros, de relevo ondulado, interrompido de quando em quando pelas formações rochosas dos “inselbergs”. Fisiograficamente a área é constituída por uma zona planáltica baixa que, gradualmente passa para um relevo mais dissecado com encostas mais declivosas intermédias, da zona subplanáltica de transição para a zona litoral.

Os dambos (ndabo nas línguas locais) são formas especiais dos vales, não sendo exclusivos de uma zona agro-ecológica estão presentes de uma forma consideravel na zona R7. São depressões hidromórficas suaves ou vales extensos, não profundos, sem escoamento de água na forma de uma linha de drenagem ou mesmo leito de rio.

O escoamento superficial é lento e difuso para além de poder ainda beneficiar da contribuição do fluxo de água subterrânea, principalmente nas zonas cujos depósitos apresentam texturas grosseira e arenosa. Estas unidades de terreno são ainda características das áreas mais planas ao longo dos divisores de água dos rios.

A fisiografia é dominada pela alternância de interflúvios e os vales dos rios que, devido á sua largura, profundidade e posição (em relação aos rios), poderão alternar com dambos. Os vales dos rios são dominados por solos aluvionares (Fluvisols), escuros, profundos, de textura pesada a média, moderadamente a mal drenados, sujeitos a inundaçãõ regular. Nos dambos encontram-se solos hidromórficos de textura variada, desde arenosos de cores cinzentas, arenosos sobre argila a solos argilosos estratificados, de côr escura (Mollic, Gleyic e Dystric Gleysols, e Haplic e Luvic Phaeozems).

Os topos e encostas superiores dos interfluvios são dominados por complexos de solos vermelhos e alaranjados (Rhodic Ferralsols, Chromic Luvisols), e amarelos (Haplic Lixisols e Haplic Ferralsols). A maioria dos solos apresentam texturas média a pesada, sendo profundos, bem a moderadamente bem drenados. Nas encostas intermédias dos interflúvios os solos variam de cor, desde solos com cores

Ancuabe



parado-acastanhada a castanho-amareladas, moderadamente bem drenados, com textura argilosa.

1.3 Infra-estruturas

O Distrito é atravessado por duas estradas importantes: uma no sentido Sul-Norte, estabelece uma ligação deste para os distritos nortenhos; e outra no sentido Este-Oeste, ligando Ancuabe aos Distritos de Montepuez, Balama e Namuno. A ligação da sede do distrito para o resto das aldeias, é feita em estradas de terra batida.

No distrito, existem cerca de 200 Km de estradas terciárias a necessitar de reparação urgente, estando neste momento intransitáveis devido aos efeitos das chuvas, falta de manutenção e construção de pontes, a destacar: Sede-Ungura; Sede-Metoro; Sede-Nicuita e Nacololo-Mecocora.

O Distrito possui 2 (duas) cabinas telefónicas: uma na Sede do distrito assegurada pela Administração; outra em Metoro assegurada por um privado. Existem, ainda, Rádios de Transmissão e Receptores em algumas instituições, nomeadamente, na Direcção de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Administração e Comando Distrital da PRM. Existe uma estação postal dos Correios de Moçambique inoperacional.

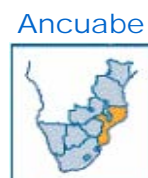
Apenas a sede do distrito beneficia do mini-sistema de abastecimento de água recém construído. A maior parte das comunidades abastece-se em poços e furos, a maioria dos quais se encontra num avançado estado de degradação.

O Distrito conta com 2 geradores eléctricos, um na Sede do distrito e o outro em Metoro, inoperacionais por incapacidade de gestão e falta de manutenção.

O distrito possui 52 escolas (das quais, 46 do ensino primário nível 1), e está servido por 6 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 20 mil pessoas;
- Uma cama por 2.600 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 2.700 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de



estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitabilidade.

1.4 Economia e Serviços

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. Abrangendo a região contígua ao Vale do Zambeze, este distrito é domiado por solos residuais de textura variável, profundos a muito profundos, localmente pouco profundos, castanhos-avermelhados, sendo ainda ligeiramente lixiviados, excessivamente drenados ou moderadamente bem drenados e, por vezes, localmente mal drenados. Ocorrem ainda, solos aluvionares e hidromórficos ao longo das linhas de drenagem natural associados aos dambos.

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

De uma forma generalizada pode-se dizer que a região é caracterizada pela ocorrência de três sistemas de produção agrícola dominantes. O primeiro corresponde à vasta zona planáltica baixa onde domina a consociação das culturas alimentares, nomeadamente mandioca/milho/feijões nhemba e boer, como culturas de 1ª época (época das chuvas) e a produção de arroz pluvial nos vales dos rios, dambos e partes inferiores dos declives.

O segundo sistema de produção é dominado pela cultura pura de mapira, ocasionalmente consociada com milho e feijão nhemba. As culturas de meixoeira e amendoim podem aparecer em qualquer uma das consociações. A mandioca é a cultura mais importante em termos de área e é cultivada tanto em cultivo simples, como em cultivo consociado com feijão ou amendoim.

O algodão corresponde ao terceiro sistema de produção, e constitui a principal cultura de rendimento da região. Os três sistemas de produção agrícola aqui descritos ocorrem em regime de sequeiro.

As águas dos rios são aproveitados para a prática de hortícolas, bananal, arrozal, canavial, bem como a actividade pesqueira. Grande parte das represas existentes no distrito está subaproveitada. São disso exemplo, a de Metoro-Sede, Mbonge, anteriormente usada na irrigação de campos agrícolas; a de Ungura que se

Ancuabe



encontra praticamente destruída; a de Nanduli que beneficiou de obras de reabilitação e está a ser usada no abeberamento do gado, para além das de Mariri e Teúle, no PA de Meza e Macarara em Metoro, também usadas para abeberamento do gado.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

A flora do distrito é rica em espécies diversificadas de madeira preciosa, nomeadamente, Pau-Preto, Jambire, Chanfuta, Umbila, Metonha, Pau-Rosa, Pau-Ferro, e outras. Existem algumas empresas madeireiras em Meza, Minhewene e Campini, no PA de Meza e na zona de Ungura na Localidade de Nacuale, Posto Administrativo Sede.

Dados do sector indicam haver uma tendência para o aumento do número de licenciados, prevendo-se que, em 2002, o número chegue a 10 operadores. Apesar deste aumento, verifica-se que no mesmo período houve uma redução dos volumes de madeira explorados, resultante das novas medidas introduzidas pelo sector.

O distrito de Ancuabe já se debate com problemas de desflorestamento e erosão de solos.

A caça constitui um suplemento dietético para as populações. Os animais mais caçados são a gazela e o javali. Para além dos produtos da caça, a população também consome peixe. No distrito, a fauna bravia não assume importância turística ou comercial.

A pequena indústria local (pesca, moageiras, carpintarias, latoarias, artesanato e olaria) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

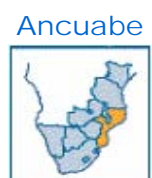
O comércio informal é o que garante o abastecimento da população em produtos de primeira necessidade, contando para isso com 30 barracas. A rede do comércio formal comporta 42 estabelecimentos comerciais, dos quais 23 operacionais e 19 encerrados por motivos vários. Dos 23 estabelecimentos operacionais, 4 pertencem à APIE.

O principal recurso mineral que o distrito possui é a Grafite, na zona de Muaguide, no PA de Metoro. Existem, ainda, pedras calcárias em Campini, PA de Meza e pedras-semi preciosas em Mocone-Ancuabe sede. Em 1994, a empresa Grafites de Ancuabe, Lda., um consórcio de três companhias estrangeiras, iniciou a exploração experimental de grafite no distrito tendo, para o efeito, realizado um investimento de 12 milhões de



dólares americanos. Esta fábrica de grafite de Ancuabe é a grande indústria do distrito e província de Cabo Delgado, encontrando-se neste momento paralisada devido à falta de energia eléctrica.

Não existe nenhuma instituição bancária a operar no distrito, nem nenhum sistema formal de crédito em condições acessíveis aos operadores locais. As possibilidades de acesso ao crédito derivam de prática no sector informal, nomeadamente dos comerciantes locais e dos familiares dos interessados.



2 História, Política e Sociedade Civil

2.1 História e cultura

A população originária de Ancuabe é proveniente do Lago Niassa na província do mesmo nome a partir dum grupo de povos Makhua que se rendeu numa prolongada guerra tribal envolvida entre estes e os povos Ngoni de origem Makwangara. O destino da viagem era alcançar a Costa. Porém, chegados à região de Napaco, actual serra Ncole, os viajantes abateram um animal de nome Iphalavi - que significa Pala-pala - por meio de uma arma de fogo. O ruído inquietou o dono da Região da grande montanha - ANCUABE - cujo nome era Nthua do Clã Areconi e residia exactamente na gruta desta montanha. Decididamente, saiu em direcção da proveniência do som, tendo o encontro com o caçador sido surpreendente. Este levou-o até ao local do acampamento onde cada um revelou a sua identidade. Daí, o Nthua ficou impressionado com os artigos que via, pela primeira vez, e para os obter decidiu trocar a montanha por alguns desses artigos, tais como: Peles de animais, uma espingarda, uma capulana chamada NKWAPA, uma flecha, uma foice e artigos de adorno.

A partir de então, a zona da montanha Ancuabe bem como a região circunvizinha passou a ser habitada pelos Ngonis que desistiram da sua digressão e acabaram por se fixar na região, dando assim origem aos actuais descendentes.

Assim, NKWAPA passou a simbolizar a montanha onde se localizavam os antigos povoados e que, por sinal, foi o local onde decorreu a troca. Com o andar dos tempos, o primeiro pseudónimo passou para "Unkwape". Com a chegada dos portugueses e devido à má percepção na pronúncia das palavras em língua local, o nome sofreu grandes alterações passando a ser definitivamente chamado por "ANCUABE".

Colonização

Os primeiros estrangeiros a chegar a Ancuabe foram os Alemães, seguiram-se os Ingleses secundados por Portugueses enquadrados na Companhia do Niassa. No Posto Administrativo em Ungura foi instalada a primeira sede em 28 de Janeiro de 1967 que depois passou para Ntutu perto do actual Centro de Saúde de Ancuabe. De seguida, a sede foi transferida para Meza e, por último, passou para Metoro. As mudanças dependiam das intenções e interesses da administração colonial.

Ancuabe



Em 31 de Agosto de 1971 o então Posto Administrativo de Ancuabe foi elevado à categoria de Circunscrição de Ancuabe, tendo pós a independência do país, em 1975, passado a distrito.

Aspectos culturais

Ancuabe sempre foi tida como uma região favorita, não só pelos habitantes de outrora, como também pelos estrangeiros, devido às suas riquezas, designadamente, grafites e solos aráveis, tendo esta última constituído o foco de atracção da colonização, podendo-se notar algumas marcas actualmente expressas na estrutura física (ruínas) ou nas grandes plantações de sisal e de sumaúma localizadas no Posto Administrativo Sede, Metoro e Meza, sendo que este último ostenta, ainda, grandes machambas de diversas culturas.

Por outro lado, Ancuabe é basicamente habitado por Macuas, uma tribo de origem bantu composta por diversos clãs como Econy, Alapony, Arecony, An-haka, Anrethe, Arope, Amiranse, e outros. Os Makondes também fazem parte deste mosaico de culturas, porém em número mais reduzido.

Estes povos dependem, fundamentalmente, da agricultura de subsistência. Dedicam-se ao cultivo do milho, mandioca, mapira, mexoeira, amendoim, feijões, arroz, algodão, gergelim, a batata-doce e outras, sendo algumas culturas para o sustento familiar e outras de rendimento.

No que concerne à recreação, os Ancuabianos praticam várias danças tais como: Rumba, Samanguana, Mapiko, Kirimo, Issinema, Nakoto, Malimoki, Ipampi, Makussanha, tamaduni, e outras. Essas danças são praticadas em situações e por grupos sexo-etários diferentes. Destacar também a famosa dança Nakoto do grupo de Nacuale que foi seleccionada para representar o distrito de Ancuabe no II Festival Nacional de Dança Popular realizado em 2002 em Maputo.

As religiões mais praticadas são: o Islão e a Cristã. Antes da presença estrangeira, os habitantes de Ancuabe praticavam o culto de adoração aos seus antepassados em baixo de certas árvores e montanhas e/ou junto às campas das pessoas que em vida haviam sido de alguma forma importantes.

Para a educação dos jovens, estes eram submetidos a ritos de iniciação que duravam seis meses em ambos os sexos. Os homens aprendiam tudo o que compete a um chefe da

Ancuabe



família e aprendiam também a caçar; as mulheres recebiam ensinamentos sobre como tratar do marido e dos seus filhos.

Quanto à arte, este povo dedica-se ao artesanato, confecção de esteiras, cestos, cilhas, camas tradicionais, cadeiras de bambu, objectos de paus. Uma outra forma de arte praticada no distrito é a olaria (objectos de barro e esculturas).

As habitações são feitas com material local (paus, bambus, matope e capim) em aldeias e povoados dispersos em todo o distrito, dependendo do interesse de cada família ou comunidade. Dedicam-se também à caça, pesca, comércio e pecuária, onde se criam animais de pequena espécie.

O Distrito de Ancuabe, em particular a Sede, conheceu vários régulos que se foram sucedendo de acordo com os hábitos dos povos Bantu em geral. No entanto, a dinastia Eony possui uma linhagem de representantes nomeadamente: Maengo, Karupaja, Nikumumu, Pwantira, Tiyama, Nahupo, Kavago, Muhero (ainda em vida).

Os régulos quando morressem eram enterrados nas cavernas juntando-se a ele uma rapariga e os seus bens. O resto do povo era sepultado em sítios dispersos e as campas eram sinalizadas por uma árvore, normalmente a Nfuma e Nthili.

2.2 Cenário político actual e sociedade civil

A *liderança tradicional* é assegurada pelos seguintes representantes do poder ao nível da comunidade:

- Régulos e Secretários de Bairros;
- Chefes de Grupos de Povoações;
- Chefe da Povoação;
- Chingore;
- Outras personalidades na comunidade respeitadas e legitimadas pelo seu papel social, cultural, económico e religioso.



Na liderança tradicional existe uma espécie de divisão de trabalho e de funções entre os diferentes líderes das comunidades. Assim, os Secretários têm hoje como função principal a mobilização da comunidade para as tarefas sociais e económicas. Os líderes

Ancuabe



tradicionais tratam principalmente dos aspectos tradicionais, tais como, cerimónias, ritos e conflitos sociais.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades provinciais e distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

Neste contexto, foram legitimados pelas respectivas comunidades e reconhecidos pela autoridade competente 33 Líderes Comunitários de diversos escalões, destacando-se 8 Régulos e 1 Rainhas, 22 Secretários de Bairro e 2 Chefes de Povoação.

A relação entre a Administração do Distrito e as Autoridades Comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito e outros que caem no âmbito das suas competências, nomeadamente:

- Colaboração na manutenção da Paz e harmonia social;
- Articulação com os tribunais comunitários na resolução de conflitos de natureza civil, tomando em conta os usos e costumes locais;
- Mobilização e organização das populações para construção e manutenção de fontes de abastecimento de água e aumento da área de produção;
- Mobilização das comunidades locais na manutenção das vias de acesso, locais sagrados e construção de latrinas melhoradas;
- Educação cívica das comunidades sobre o uso sustentável e gestão de recursos naturais, incluindo a prevenção das queimadas descontroladas e caça ilegal;
- Mobilização e organização das populações para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional;
- Mobilização dos pais e encarregados de educação para mandarem os seus filhos à escola, principalmente as raparigas; e
- Divulgação das Leis, deliberação dos Órgãos Locais do estado e outras informações úteis à comunidade.

Através dos líderes comunitários, as populações têm-se envolvido na busca de soluções para os problemas existentes, nomeadamente, no combate à criminalidade, em colaboração com a Polícia Comunitária, através da apreensão e denúncia de delinquentes; no combate ao cultivo, consumo e comercialização de estupefacientes (suruma); na abertura de vias de acesso; na confecção de tijolos no âmbito do programa de “*comida por trabalho*” e na abertura de poços comunitários usando material convencional ou local.

A *religião* dominante é a Muçulmana, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosa se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.



3 Demografia



O distrito tem uma superfície de 4.836 km² e uma população, à data de 1/1/2005, de 109 mil habitantes. Com uma densidade populacional de 22 hab/km², estima-se que o distrito atinja, em 2010, os 118 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (43%, abaixo dos 15 anos) e um índice de masculinidade de 48%, este distrito tem uma matriz rural acentuada. A estrutura etária da população do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1,2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE ANCUABE	108.924	18.816	27.990	47.226	11.709	3.182
Homens	52.650	9.143	14.041	22.457	5.399	1.611
Mulheres	56.274	9.674	13.950	24.769	6.310	1.572
P.A. de ANCUABE	45.161	7.799	11.903	18.939	5.034	1.486
Homens	21.784	3.813	6.064	8.948	2.217	742
Mulheres	23.377	3.987	5.839	9.991	2.817	744
P.A. de METORO	32.282	5.500	8.256	14.148	3.518	859
Homens	15.768	2.706	4.104	6.787	1.709	462
Mulheres	16.514	2.794	4.153	7.361	1.809	397
P.A. de MEZA	31.481	5.517	7.831	14.139	3.156	838
Homens	15.098	2.624	3.873	6.722	1.472	407
Mulheres	16.383	2.893	3.958	7.417	1.684	431

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 29.440 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico alargado (33%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
32,0%	49,6%	18,4%	3,7	1,6	2,1
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
9,4%	0,6%	10,9%	32,7%	13,2%	33,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais. 2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Ancuabe



Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Muçulmana.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Emakuvva*, 77% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não sabem português, sendo o seu conhecimento preferencial nos homens, dada a maior inserção na vida social e escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 3: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE ANCUABE	22,8%	17,2%	5,7%	77,2%	33,3%	43,9%
5 - 9 anos	0,8%	0,5%	0,3%	17,0%	8,2%	8,8%
10 - 14 anos	2,7%	1,8%	1,0%	10,5%	5,1%	5,4%
15 - 19 anos	3,1%	2,2%	0,9%	8,4%	4,1%	4,3%
20 - 44 anos	13,9%	10,7%	3,2%	27,0%	10,1%	16,9%
45 anos e mais	2,2%	2,0%	0,2%	14,3%	5,8%	8,5%
P.A. de ANCUABE	24,0%	17,9%	6,1%	76,0%	30,2%	45,8%
P.A. de METORO	20,3%	15,5%	4,8%	79,7%	33,3%	46,5%
P.A. de MEZA	23,8%	17,8%	6,0%	76,2%	30,2%	46,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 81% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 32% dos habitantes² declaram que frequentam ou já frequentaram a escola.

TABELA 4: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE ANCUABE	80,9%	69,5%	91,6%
5 - 9	96,7%	96,0%	97,3%
10 - 14	81,5%	76,5%	86,9%
15 - 44	72,6%	55,0%	88,6%
45 e mais	89,7%	80,0%	98,3%
P.A. de ANCUABE	78,7%	66,2%	90,3%
P.A. de METORO	84,4%	74,7%	93,5%
P.A. de MEZA	80,5%	68,9%	91,3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

² Com 5 ou mais anos de idade.



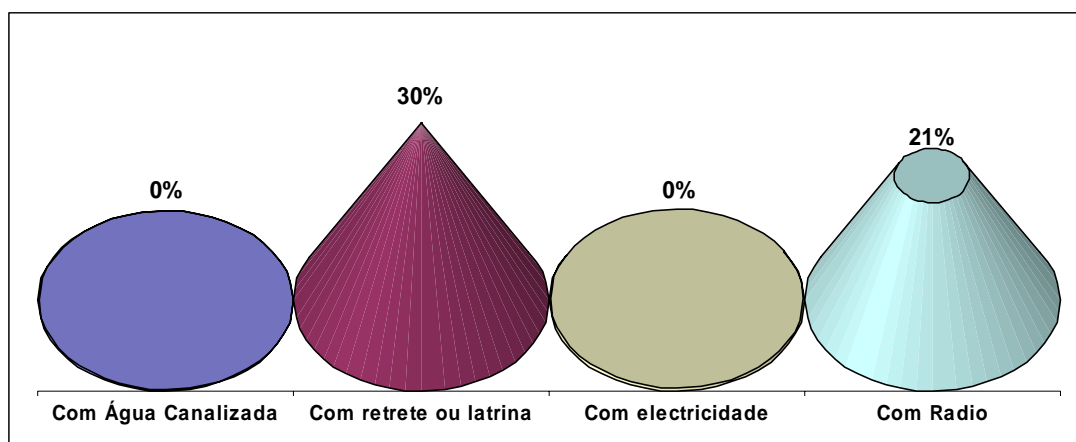
4 Habitação e Condições de Vida



O tipo de habitação modal do distrito é “*a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “*sem rádio e electricidade, dispondo de 3 bicicletas em cada dez famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e água colhida directamente em poços e furos ou nos rios e lagos*”.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 5: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	0%	0%	8%	5%	0%	0%	0%	0%
Com retrete ou latrina	30%	32%	67%	76%	57%	68%	29%	32%
Com electricidade	0%	0%	23%	27%	29%	54%	0%	0%
Com Radio	21%	23%	51%	57%	71%	75%	21%	23%

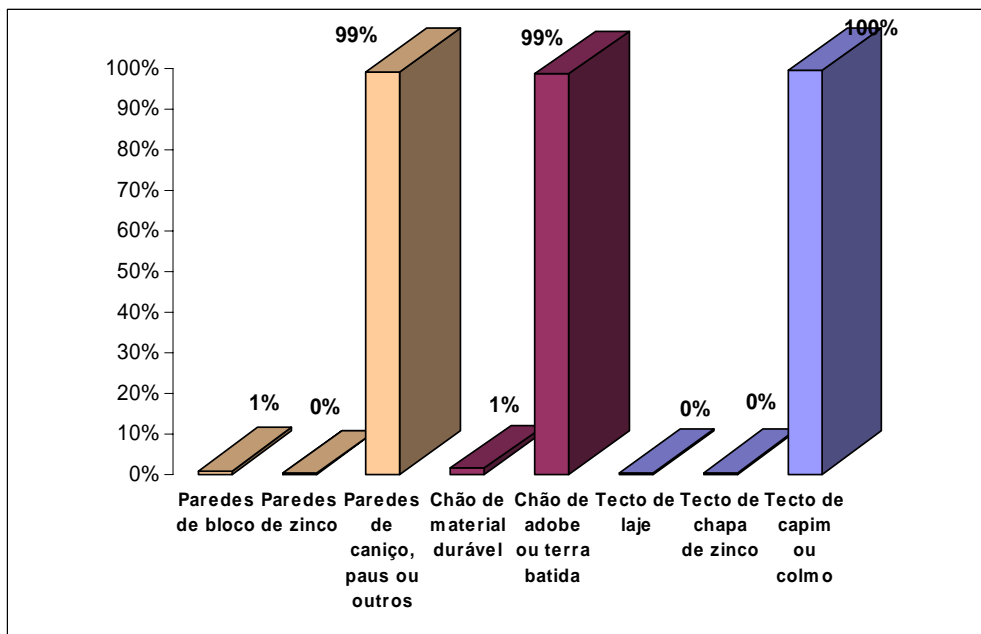
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

Ancuabe



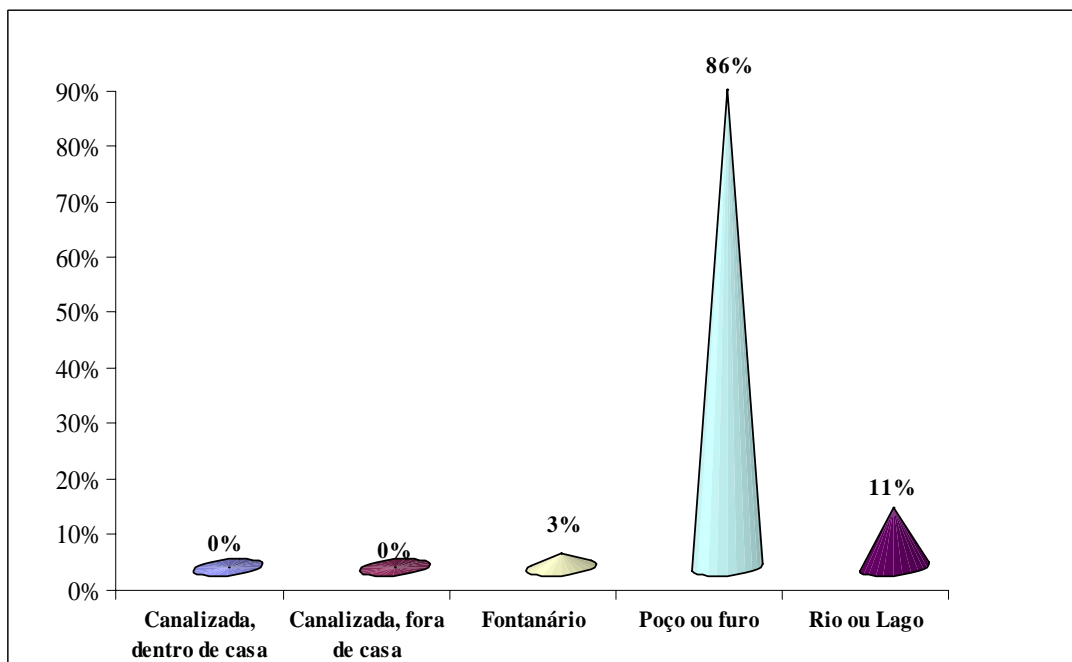
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito é abastecida por poços e furos (86%) ou recorre directamente aos rios ou lagos (11%).

FIGURA 3: Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem três Postos Administrativos: Ancuabe-Sede, Metoro e Meza que, por sua vez, estão subdivididos em 9 Localidades.

ANCUABE
ANCUABE - SEDE
CHIOTE
NACUALE
METORO
METORO - SEDE
SALAVE
MEZA
MEZA-SEDE
CAMPINE
NANJUA
MINHUENE

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;
- Comando Distrital da PRM.

Para além destes órgãos, estão também adstritos ao Governo Distrital, os seguintes organismos:

- Procuradoria Distrital da República;
- Tribunal Judicial Distrital;
- Direcção do SISE.

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito.

Ancuabe



Neste distrito existem Delegações da EDM-EP, TDM-EP, Correios de Moçambique, Posto da APIE.

Com um total de 33 funcionários (dos quais, 2 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Médios	2
■ Assistentes Técnicos	5
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	8
■ Pessoal auxiliar	18

No que se refere ao equipamento, há a salientar a cobertura dos Postos Administrativos em motorizadas e máquinas de escrever manuais, em 100%, enquanto que no que diz respeito a rádios transmissores/receptores estão beneficiados 10 Postos Administrativos, representando uma cobertura de 62,5%.

Não obstante situações de avarias, ao nível distrital foi alcançada uma cobertura de 100% em relação a viaturas para Administradores Distritais, motorizadas para Chefes de Secretaria, máquinas de escrever manuais e rádios transmissores/receptores.

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o

Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

Neste sentido, procedeu-se a:

- Reintrodução de livros e caixas de sugestões e reclamações nas Repartições do Estado;
- Remoção dos guichés nos balcões de atendimento ao público;
- Construção de rampas de acesso para facilitar os utentes portadores de deficiências físicas;
- Criação de gabinetes do utente em alguns centros de saúde;
- Adopção do uso de crachás para a maioria dos funcionários das Direcções Distritais;
- Criação, em alguns sectores, de condições de acessibilidade à pessoa portadora de deficiência;
- O horário único, das 7H00 às 15H00 e intervalo de 30 minutos, de forma escalonada, no período das 11H30 às 13H30;
- Garantido o atendimento público sem interrupção, durante o período laboral;

Ancuabe



- Fornecimento dos serviços de autenticação de fotocópias de documentos nos próprios serviços;
- Observado o novo prazo de tratamento de expediente que passou de 15 para 10 dias.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa, realizadas no período 2000-2004, que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

No essencial a actividade do Governo Distrital centrou-se nos seguintes objectivos e acções:

- Envolver as populações na busca de soluções para os problemas locais através de diálogo.
- Estudar a viabilidade de alocação de equipamento as Administrações Distritais para a manutenção das vias.
- Alargar a rede escolar e sanitária e melhorar a qualidade dos serviços prestados.
- Promover o uso de material local de construção para a edificação de residências do Chefe de Posto Administrativo e outros funcionários do Estado.
- Intensificar acções de fornecimento/capacitação técnico-profissional dos Funcionários em particular ao nível Distrital e de Posto Administrativo.
- Melhorar os serviços prestados pelas Administrações Distritais tendo em conta que o cidadão constitui a razão da sua existência.
- Melhorar o atendimento nas escolas Hospitais, Repartições do Estado, na tramitação do processo de pedidos de terra ,de Bilhetes de Identidade, etc.
- Melhorar o sistema de colecta e registo de receitas nas Administrações Distritais.
- Prestigiar a função de Administrador Distrital.

O Plano de Desenvolvimento Distrital (PDD) constitui o guia das directrizes para a redução da pobreza absoluta e o vector do crescimento da economia sustentável do Distrito, razão pela qual, o Governo de Moçambique, em particular em Cabo Delgado, decidiu introduzir a

Ancuabe



elaboração de planos distritais de desenvolvimento participativo em três distritos piloto, nos quais se inclui o de Ancuabe.

Anualmente, o Governo do Distrito elabora o seu plano de acções que contempla acções a serem financiadas pelo Orçamento Geral do Estado e outras pelo financiamento externo, o que significa que as que são financiadas pelo orçamento externo serão executadas em parceria com as ONGs que operam no Distrito com participação das comunidades, como por exemplo, a construção de um armazém para a conservação dos produtos de uma determinada comunidade para posterior venda.

5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

São frequentes os conflitos de terras em pleno tempo activo da campanha agrícola. Técnicos da DDADR foram chamados a intervir em mais de 10 ocasiões para intermediação e resolução dos mesmos. Há necessidade de rever o Cadastro Provincial.

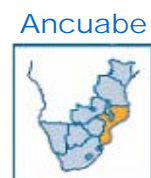
De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

O início do século foi marcado por calamidades naturais que criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.

Foram formados 20 vacinadores comunitários por forma a fazer face à doença de Newcastle nas aves e raiva nos cães. Foram arrolados 38.777 animais domésticos de diferentes espécies.

A Associação Progresso em coordenação com a Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural distribuiu 60 caprinos a 20 camponeses das aldeias de Nanduli e Ngene, no âmbito do programa UVALA.



No que respeita à fiscalização e acompanhamento das actividades florestais, foram apreendidos 368 toros de pau-preto no PA de Meza, tendo o caso sido posteriormente canalizado à DDADR.

Os principais problemas que afectam o sector e as comunidades em geral resumem-se :

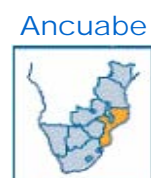
- Inexistência de uma rede de extensão agrária;
- Baixo nível de formação profissional do pessoal;
- Exiguidade de condições de trabalho dos técnicos;
- A exploração de madeira por empresas privadas não está a render benefícios para as populações;
- Desemprego dos trabalhadores das ex-machambas estatais abandonadas;
- Existência de barragens subproveitadas por falta de manutenção;
- Falta de insumos agrícolas e instrumentos de produção;
- Ausência da prática de tracção animal;
- Falta de conservantes e de semente melhorada;
- Falta de meios de protecção contra a praga de elefantes.

5.3.2 Obras Públicas e Habitação

Durante o ano de 2003, o distrito desenvolveu as seguintes actividades:

- Construção da Praça dos Heróis na sede do distrito;
- Reabilitação e entrada em funcionamento do edifício de ensino à distância;
- Construção do Centro de Saúde de Ancuabe-sede;
- Construção de 12 salas de aulas nas EPC's de Intutupue e Teúle;
- Ampliação das salas da EPC de Metoro;
- Construção de um Centro de recursos na Sede da ZIP de Metoro;
- Reabilitação das salas de aulas de Minheueni, Ungura, Miegane e dormitório da Escola Secundária de Mariri;
- Construção de 4 casas para professores de Intutupue e Teúle;
- Início das obras de reabilitação da estrada terciária Maguiguane/Ungura.

Apesar dos esforços realizados, o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de



manutenção e a rede de estradas terciárias que na época das chuvas tem problemas de transitabilidade, sendo essencial a afectação de recursos públicos à sua reabilitação corrente.

5.3.3 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 52 o número de escolas do distrito em 2003 (46 do ensino primário nível 1, 5 do nível 2 e uma do ensino secundário geral), que são frequentadas por cerca de 18 mil estudantes ensinados por 300 professores.

O distrito está dotado de 1 Centro de saúde de nível I, 5 do nível II/III, com um total de 46 camas e 43 técnicos e assistentes de saúde.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.3.4 Cultura, Juventude e Desporto

A área da Cultura é assegurada por um Professor indicado pelo Governo Distrital. Este elemento não é um quadro efectivo, apenas coordena as actividades.

Para o Desporto recreativo, existe uma Comissão composta por 2 (dois) elementos que organizam o campeonato distrital anualmente. Uma área que funciona com problemas de ordem financeira e que se ressentem da falta de equipamento desportivo. Existe falta de patrocinadores na área desportiva.

5.3.5 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

A acção nesta área tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.3.6 Justiça, Ordem e Segurança pública

Tribunal Judicial Distrital

O Tribunal funciona com 5 funcionários nomeadamente: um Juiz Presidente, um Escrivão de Direito, um Oficial de Diligências, uma Intérprete Auxiliar e um Guarda.

O Tribunal não possui instalações próprias (edifício), tem problemas de formação dos seus quadros e não possui material de escritório adequado.

Neste período, foram registados 41 tribunais comunitários, o que mostra uma média de crescimento de 4 tribunais/ano.

Procuradoria Distrital da República

A Procuradoria funciona no mesmo edifício que o Tribunal Judicial. Funciona somente com dois funcionários, ambos com a categoria de Assistente Técnico de Administração. Não tem Procurador Distrital, o que a torna dependente da Procuradoria Provincial da República.

Direcção de Identificação Civil (DIC)

Ancuabe conta com uma Direcção de Identificação Civil que funciona com apenas um (1) elemento e nas instalações da Administração do Distrito.

Delegação de Registo Civil e Notariado

Este Sector conta com Delegações na Sede do Distrito, nos Postos Administrativos de Metoro e Meza, com um total de 4 funcionários. Nos últimos 4 anos, o número de registos de nascimento tende a crescer.

Polícia da República de Moçambique

No Distrito funciona um Comando Distrital da PRM com três (3) Postos Policiais, assim distribuídos: um (1) em Metoro, um (1) em Mesa e o terceiro no Posto de Controle Policial na Localidade Sede de Salaue. A polícia controlou 44 crimes de natureza diversa, contra 38 no ano passado, o que se traduz numa subida dos níveis de criminalidade na ordem dos 16%. Foram realizadas igualmente 24 reuniões no âmbito da ligação polícia e comunidade, impostas 501 multas e realizados 8 policiamentos.

Ancuabe



5.4 Desminagem

As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

FIGURA 4: Locais suspeitos de minas
Província de Cabo Delgado



Fonte: Instituto Nacional de Desminagem, 2003.

Ancuabe

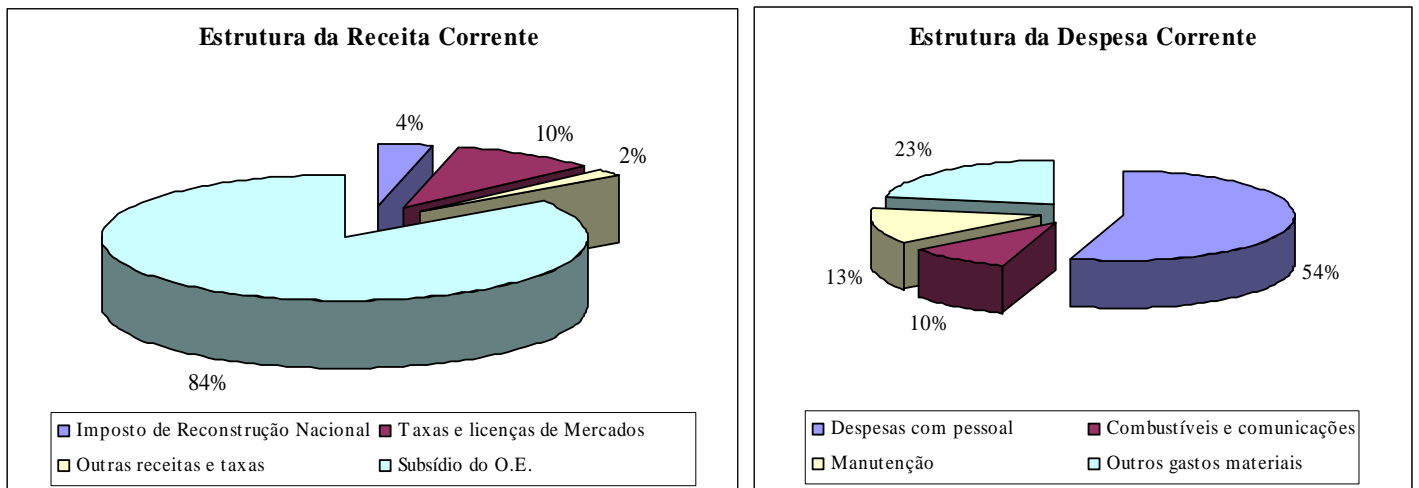


5.5 Finanças Públicas



A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais (em contos).

FIGURA 5: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 12 contos por habitante. Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.6 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

Ancuabe



- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

5.7 Participação comunitária

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

Para tal, o Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas "comida pelo trabalho" financiados pelo PMA e pela Acção Agrária Alemã (AAA).

5.8 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido, tal como foi discriminado em capítulo anterior, o apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais. Os principais parceiros do distrito são a Helvetas, Associação Progresso, DANIDA, Medicus Mundi. CARITAS.



6 Posse e Uso da Terra ³



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país.

Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

Este distrito possui cerca de 25 mil explorações agrícolas com uma área média é de 1.1 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 54% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, ocupando somente 27% da área cultivada.

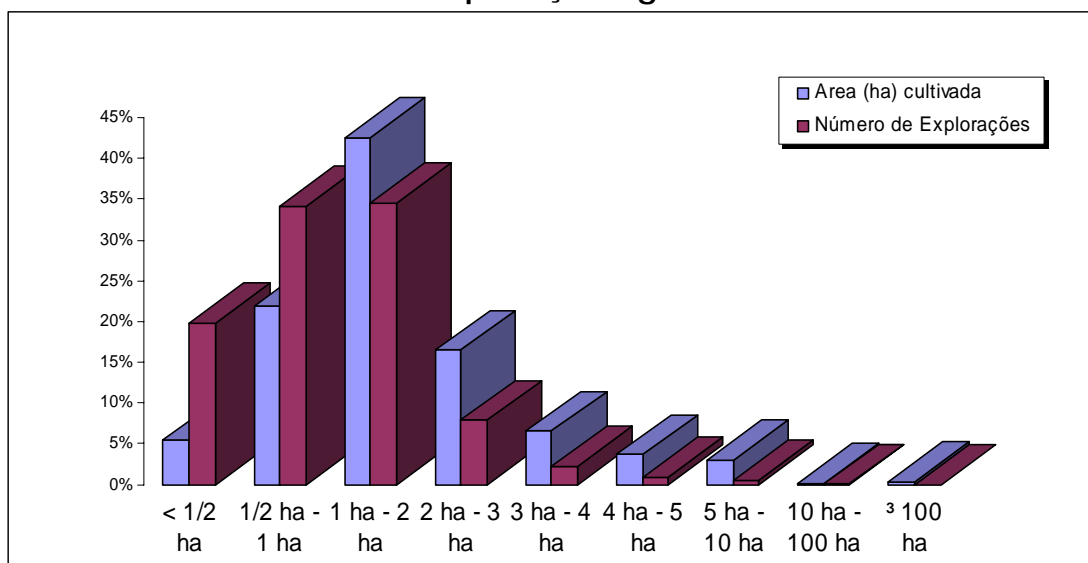
Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 1/3 da área cultivada pertence a somente 12% das explorações do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 75% dos casos, o homem da família.

³ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.



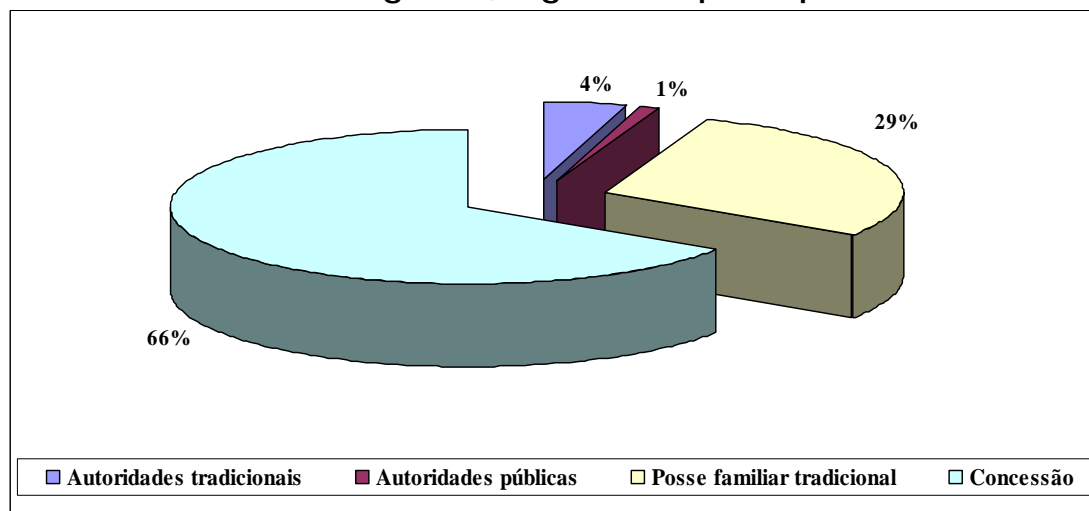
FIGURA 6: Estrutura de exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, quase 95% das 40 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. As autoridades tradicionais e oficiais detêm 5% das parcelas agrícolas.

FIGURA 7: Parcelas agrárias, segundo o tipo de posse



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

6.2 Trabalho agrícola

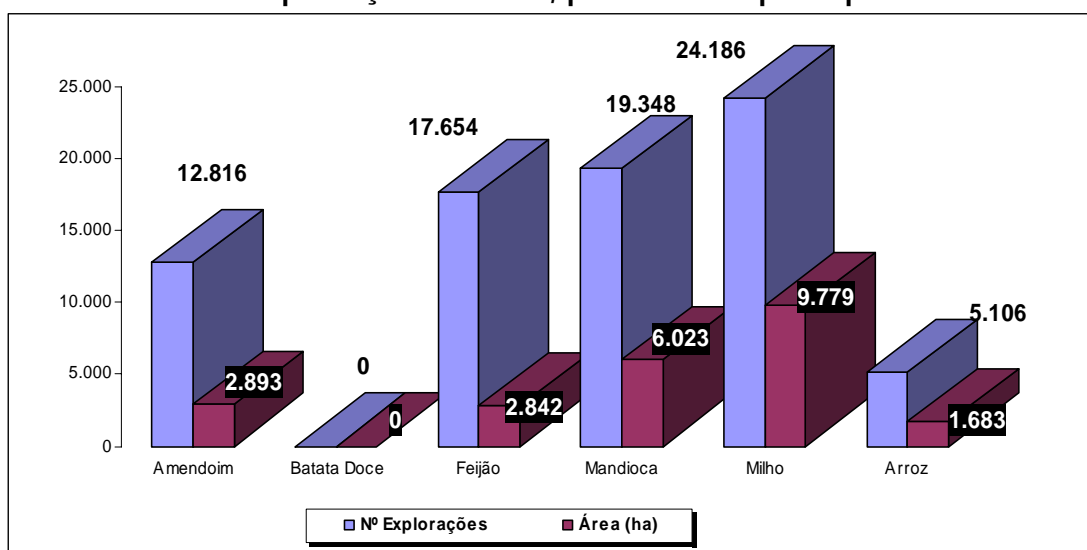
A estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base alargada da economia familiar, constatando-se que 84% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

Estas explorações estão divididas em cerca de 40 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas em cerca de metade dos casos por mulheres. De reter que, do total de agricultores, 35% são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim.

FIGURA 8: Explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras, coqueiros e cajueiros.

No distrito existem cerca de 2 mil criadores de pecuária e mais de 12 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas varia de 25% nos caprinos a 50% nos bicos, constituindo uma fonte de rendimento familiar importante.

Constitui igualmente uma fonte importante de rendimento familiar. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade de caça, pesqueira e artesanal, efectuado por um conjunto de centenas de explorações familiares.



7 Educação



Com 81% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 32% dos habitantes⁴ frequentam ou já frequentaram a escola primária.

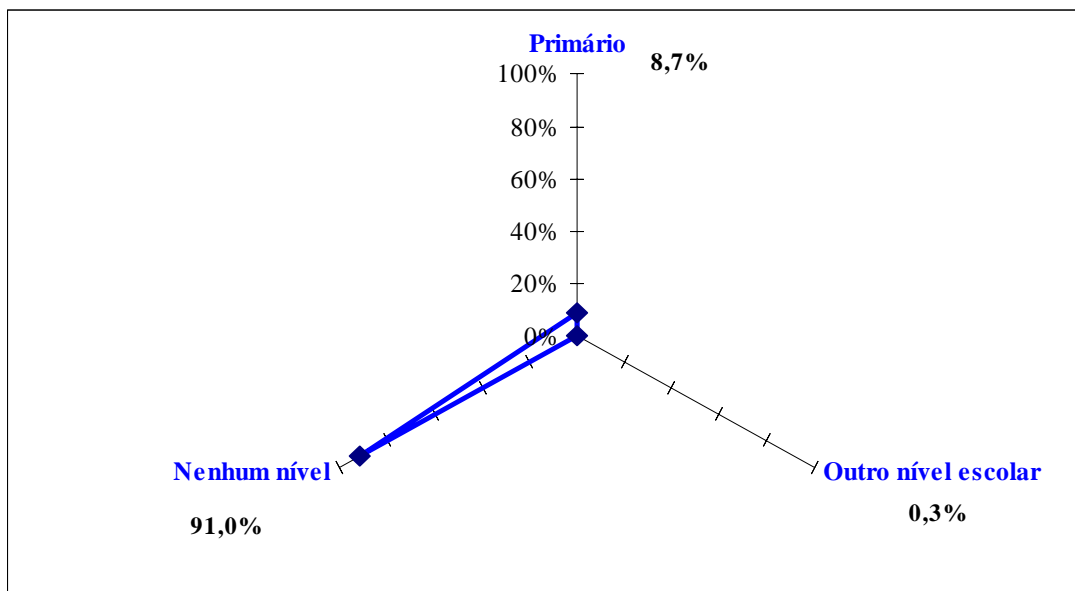
TABELA 6: População⁵, por condição de frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE ANCUABE	9,0%	5,8%	3,2%	22,9%	15,2%	7,7%	68,1%	27,2%	40,8%
P.A. de ANCUABE	9,4%	6,1%	3,3%	23,1%	15,4%	7,7%	67,5%	26,6%	40,9%
P.A. de METORO	7,1%	4,6%	2,5%	18,9%	13,2%	5,7%	74,0%	30,9%	43,1%
P.A. de MEZA	10,4%	6,7%	3,6%	26,9%	17,0%	9,9%	62,8%	24,3%	38,5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de escolarização verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 35% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola. Na sua maioria, os estudantes são rapazes a frequentar o ensino primário, dada a insuficiente / inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino nalgumas localidades.

FIGURA 9: População⁶, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

Ancuabe



TABELA 7: População⁷, por nível de ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE ANCUABE	9,0%	0,0%	8,7%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	91,0%
5 - 9 anos	13,5%	0,0%	13,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	86,5%
10 - 14 anos	34,8%	0,0%	34,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	65,2%
15 - 19 anos	13,3%	0,0%	12,1%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	86,7%
20 - 24 anos	1,7%	0,0%	1,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	98,3%
25 e + anos	0,6%	0,0%	0,5%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	99,4%
HOMENS	12,1%	0,0%	11,6%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	87,9%
MULHERES	6,1%	0,0%	6,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	93,9%
P.A. de ANCUABE	9,4%	0,0%	9,1%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	90,6%
P.A. de METORO	7,1%	0,0%	6,9%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	92,9%
P.A. de MEZA	10,4%	0,0%	10,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	89,6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população⁸, verifica-se que somente 11% concluíram algum nível de ensino.

Destes, 93% completaram somente o ensino primário e 5% o 1º grau do secundário.

TABELA 8: População⁹, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE ANCUABE	11,1%	0,2%	10,3%	0,5%	0,0%	0,1%	0,0%	88,9%
5 - 9 anos	0,7%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,3%
10 - 14 anos	4,4%	0,0%	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	95,6%
15 - 19 anos	14,1%	0,1%	13,8%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	85,9%
20 - 24 anos	19,8%	0,1%	18,7%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	80,2%
25 e + anos	14,1%	0,4%	12,7%	0,7%	0,1%	0,2%	0,0%	85,9%
HOMENS	17,7%	0,3%	16,2%	0,9%	0,1%	0,2%	0,0%	82,3%
MULHERES	5,0%	0,1%	4,8%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	95,0%
P.A. de ANCUABE	10,5%	0,1%	9,9%	0,4%	0,1%	0,1%	0,0%	89,5%
P.A. de METORO	9,6%	0,2%	8,9%	0,4%	0,0%	0,1%	0,0%	90,4%
P.A. de MEZA	13,5%	0,3%	12,4%	0,5%	0,1%	0,2%	0,0%	86,5%
DISTRITO DE ANCUABE	11,1%	0,2%	10,3%	0,5%	0,0%	0,1%	0,0%	88,9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

O baixo grau de escolarização reflecte o facto de, apesar da expansão em curso, a rede escolar e o efectivo de professores serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação pedagógica. Tais factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em baixas taxas de aproveitamento e altas desistências, em algumas das localidades do distrito.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.

⁹ Com 5 ou mais anos de idade.



TABELA 9: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO E POSTOS ADMINISTRATIVOS	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	52	7.118	17.796	60	302
EP1	46	6.196	15.490	50	248
EP2	5	572	1.430	7	37
ESG I	1	350	876	3	17

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação
 EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores tem uma formação escolar baixa, possuindo, em média, a 6ª classe e, em alguns casos, um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.



8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 20 mil pessoas;
- Uma cama por 2.600 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 2.700 residentes no distrito.

TABELA 10: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	por sexo		
						HM	H	M
Nº de Unidades	6	0	1	5	0			
Nº de Camas	46	0	30	16	0			
Pessoal Total	45	0	25	19	1	45	25	20
- Licenciados	3	0	2	1	0	3	2	1
- Nível Médio	20	0	11	9	0	20	11	9
- Nível Básico	8	0	4	4	0	8	4	4
- Nível Elementar	12	0	6	5	1	12	7	5
- Pessoal de apoio	2	0	2	0	0	2	1	1

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

TABELA 11: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	49,6%
Partos	751
Vacinação	51.278
Saúde materno-infantil	46.614
Consultas externas	65.560
Taxa de baixo peso à nascença	8,9%
Taxa de mau crescimento	3,8%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.



8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

Neste distrito existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 3 mil órfãos (dos quais 25% de pai e mãe) e cerca de 1.500 deficientes (70% com debilidade física, 23% com doenças mentais e 7% com ambos os tipos de doença).

TABELA 12: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE ANCUABE	2.681
Homens	1.278
Mulheres	1.403
5 - 9 anos	686
10 - 14 anos	807
15 - 19 anos	1188
P.A. de ANCUABE	1.088
P.A. de METORO	825
P.A. de MEZA	768

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 13: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE ANCUABE	1477	1031	341	105
0 - 14	225	126	72	27
15 - 44	689	461	187	41
45 e mais	563	444	82	37
P.A. de ANCUABE	552	363	143	46
P.A. de METORO	369	255	83	31
P.A. de MEZA	556	413	115	28

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A acção social no distrito tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.



9 Género

O distrito tem uma população de 109 mil habitantes - 56 mil do sexo feminino - sendo 11% das famílias do tipo monoparental chefiados por mulheres.

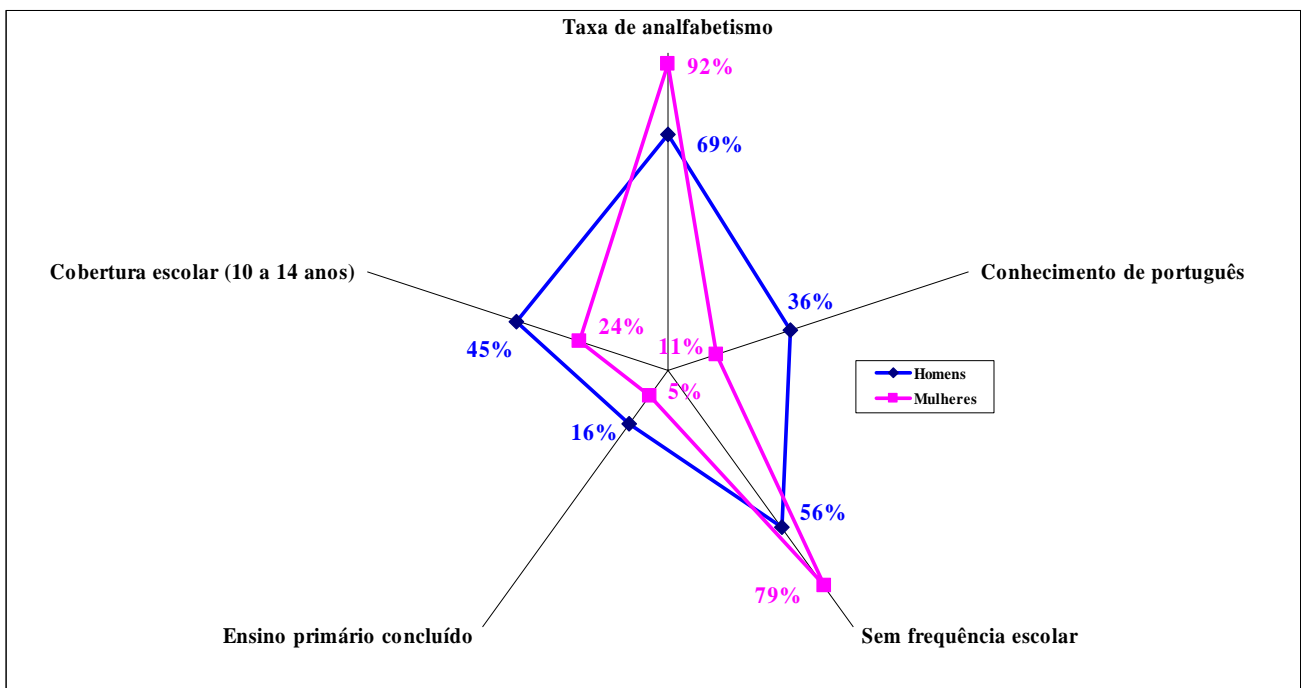
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Emakuma*, só 11% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 92%, sendo de 69% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 60% nunca frequentaram a escola e somente 5% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de escolarização feminina ocorre no grupo etário dos 10 a 14 anos, em que 24% das raparigas frequentam a escola. Este indicador evidencia o baixo nível escolar e a entrada tardia na escola da maioria das raparigas, sobretudo nas zonas rurais.

FIGURA 10: Indicadores de escolaridade, por sexos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 56 mil mulheres, 33 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procuram emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 26 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 21% (19%

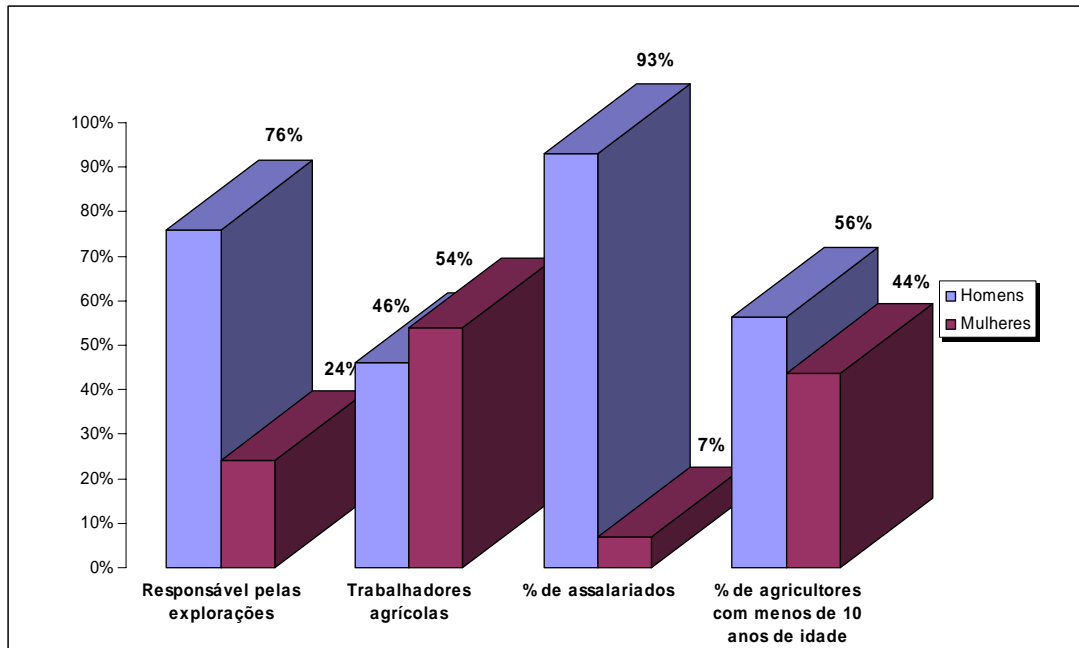
Ancuabe



nos homens).

As 25 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 40 mil parcelas, na maioria com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 36% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais cerca de metade são raparigas.

FIGURA 11: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito, de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade, é a seguinte:

- Cerca de 99% são trabalhadoras agrícolas familiares ou por conta própria;
- 0.6% são empregadas ou vendedoras no sector comercial formal e informal ou trabalhadoras de outros serviços; e
- As restantes são, na maioria, produtoras artesanais ou empregadas em serviços industriais.

9.3 Governação



PÁGINA 37

Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho,

Ancuabé



processos de geração de rendimentos e vida escolar.



10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A estrutura etária da população reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1.2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa.

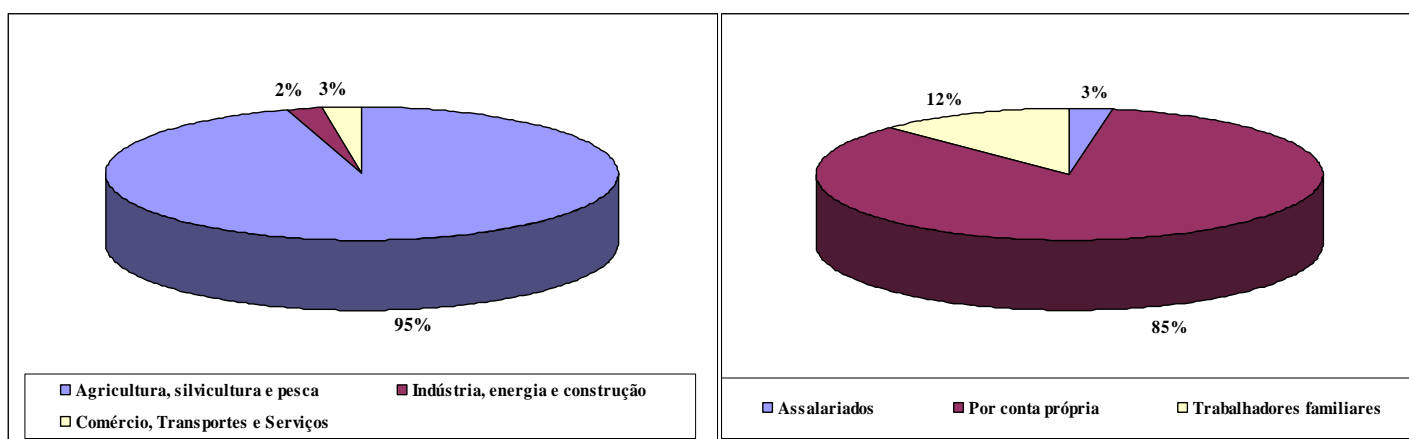
De um total de 109 mil habitantes, 62 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 50 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 20%.

Da população activa, 97% são trabalhadores familiares ou por conta própria, na maioria, mulheres. A percentagem de assalariados é somente de 3% da população activa, sendo - de forma inversa, dominada por homens (as mulheres representam apenas 7% do total de assalariados).

A distribuição da população activa segundo o ramo de actividade reflecte a dominância do sector agrário, que ocupa 95% da mão-de-obra do distrito.

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 2% e 3% dos trabalhadores, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, que ocupa cerca de 3% do total de trabalhadores do distrito.

FIGURA 12: População activa¹⁰, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

¹⁰ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.



TABELA 14: População activa¹¹, por ramo de actividade, 2005

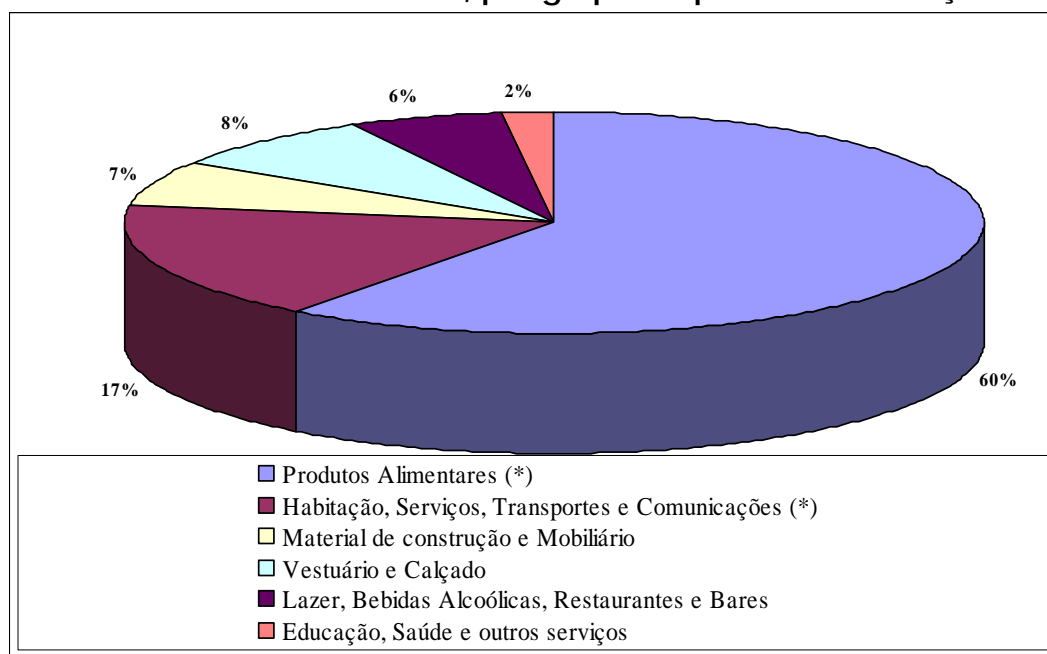
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE ANCUABE	49.894	2,8%	1,3%	1,5%	0,1%	84,7%	12,4%	0,0%
- Homens	24.006	2,6%	1,2%	1,4%	0,1%	40,2%	5,2%	0,0%
- Mulheres	25.888	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	44,5%	7,2%	0,0%
Agricultura, silvicultura e pesca	47.484	0,6%	0,2%	0,4%	0,1%	82,6%	11,9%	0,0%
Indústria, energia e construção	1.159	0,7%	0,1%	0,6%	0,0%	1,3%	0,3%	0,0%
Comércio, Transportes e Serviços	1.252	1,5%	1,0%	0,5%	0,0%	0,7%	0,2%	0,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Orçamento familiar

O distrito tem um Índice de Incidência da Pobreza ¹² estimado em cerca de 68% no ano de 2003¹³. Com um nível médio mensal de receitas familiares de 60% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (60%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (17%).

FIGURA 13: Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

¹¹ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

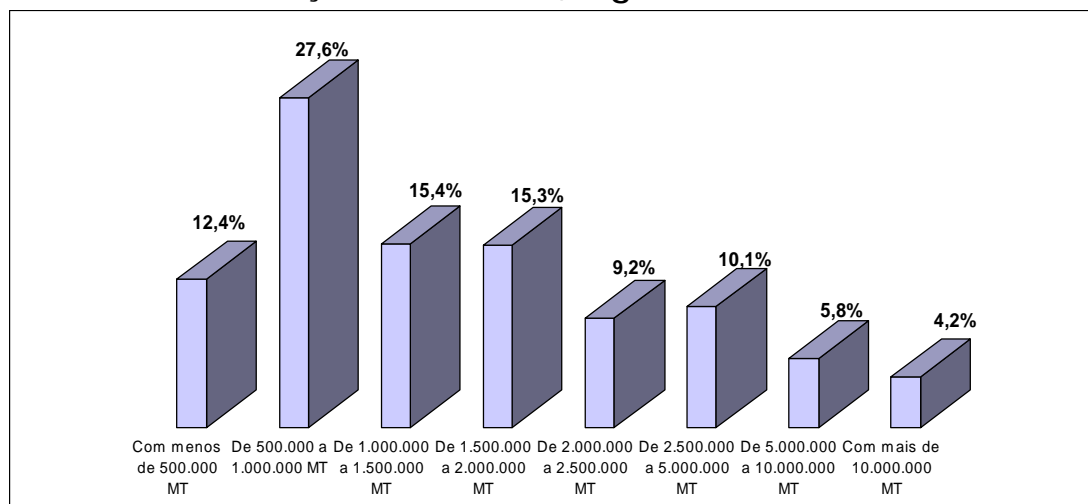
¹² O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

Ancuabe



Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com 55% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 14: Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



Este distrito tem sido alvo de calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2,5 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, conseqüentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

¹³ Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

¹⁴ Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.



Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam a comunidade aquando de calamidades, são o Programa Mundial para a Alimentação, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas "comida por trabalho".

10.4 Infra-estruturas de base



O Distrito é atravessado por duas estradas importantes: uma no sentido Sul-Norte, estabelece uma ligação deste para os distritos nortenhos; e outra no sentido Este-Oeste, ligando Ancuabe aos Distritos de Montepuez, Balama e Namuno. A ligação da sede do distrito para o resto das aldeias, é feita em estradas de terra batida.

No distrito, existem cerca de 200 Km de estradas terciárias a necessitar de reparação urgente, sendo intransitáveis nas chuvas, falta de manutenção e construção de pontes, a destacar: Sede-Ungura; Sede-Metoro; Sede-Nicuita e Nacololo-Mecocora.

TABELA 15: Rede de estradas

Localização	Dimensão (km)	Classificação	Transitável (S/N)	Reabilitada (S/N)	Tecnologia Utilizada
Metoro - Pemba	100	EN 106	sim	sim	M
Metoro-Chiúre	40	EN 106	sim	não	-
Sunate-rio Montepuez	102	EN 242	sim	não	-
Nacussa-Macarara	-	-	sim	não	-

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada, estrada rural terciária.

Tecnologia : M- Mecanizada; O- Trabalho Manual.

Fonte: Administração do Distrito

Ancuabe



O Distrito possui 2 (duas) cabinas telefónicas: uma na Sede do distrito assegurada pela Administração; outra em Metoro assegurada por um privado. Existem, ainda, Rádios de Transmissão e Receptores em algumas instituições, nomeadamente, na Direcção de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Administração e Comando Distrital da PRM. Existe uma estação postal dos Correios de Moçambique inoperacional.

Apenas a sede do distrito beneficia do mini-sistema de abastecimento de água recém construído. A maior parte das comunidades abastece-se em poços e furos, a maioria dos quais se encontra num avançado estado de degradação. Muitas comunidades consomem água imprópria tirada de poços tradicionais, o que tem causado muitas doenças diarreicas às populações. A insuficiência de fontanários; a falta de manutenção das sondas e a insuficiência de furos constituem, entre outros, as maiores causas da falta água no distrito.

O Distrito conta com 2 geradores eléctricos, um na Sede do distrito e o outro em Metoro, inoperacionais por incapacidade de gestão e falta de manutenção.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. Abrangendo a região contígua ao Vale do Zambeze, este distrito é domiado por solos residuais de textura variável, profundos a muito profundos, localmente pouco profundos, castanhos-avermelhados, sendo ainda ligeiramente lixiviados, excessivamente drenados ou moderadamente bem drenados e, por vezes, localmente mal drenados. Ocorrem ainda, solos aluvionares ao longo das linhas de drenagem natural associados aos dambos.

10.5.1 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais. A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento

Ancuabe



das culturas.

De uma forma generalizada pode-se dizer que a região é caracterizada pela ocorrência de três sistemas de produção agrícola dominantes. O primeiro corresponde à vasta zona planáltica baixa onde domina a consociação das culturas alimentares, nomeadamente mandioca/milho/feijões nhemba e boer, como culturas de 1ª época (época das chuvas) e a produção de arroz pluvial nos vales dos rios, dambos e partes inferiores dos declives. Na maioria da região, este sistema é característico do topo dos interflúvios, declives superiores e intermédios.

O segundo sistema de produção é dominado pela cultura pura de mapira, ocasionalmente consociada com milho e feijão nhemba. As culturas de meixoeira e amendoim podem aparecer em qualquer uma das consociações. A mandioca é a cultura mais importante em termos de área e é cultivada tanto em cultivo simples, como em cultivo consociado com feijão ou amendoim.

O algodão corresponde ao terceiro sistema de produção, e constitui a principal cultura de rendimento da região. Os três sistemas de produção agrícola aqui descritos ocorrem em regime de sequeiro.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

As águas dos rios são aproveitados para a prática de hortícolas, bananal, arrozal, canavial, bem como a actividade pesqueira. Grande parte das represas existentes no distrito está subaproveitada.

São disso exemplo, a de Metoro-Sede, Mbonge, anteriormente usada na irrigação de campos agrícolas; a de Ungura que se encontra praticamente destruída; a de Nanduli que beneficiou de obras de reabilitação e está a ser usada no abeberamento do gado, para além das de Mariri e Teúle, no PA de Meza e Macarara em Metoro, também usadas para abeberamento do gado.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

Ancuabe



TABELA 16: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	9.159	8.793	9.744	9.355	10.273	9.862
Arroz	1.153	922	1.226	981	1.253	1.002
Mapira	5.471	3.830	5.820	4.075	4.002	2.801
Amendoim	5.036	3.021	5.357	3.214	4.467	2.680
Mandioca	12.041	24.082	12.810	25.619	13.422	26.845
Feijões	2.450	980	2.607	1.042	6.883	2.752
Algodão caroço	3.587	1.650	3.330	1.532	2.908	1.338
Castanha de cajú		929		741		667
TOTAL DO DISTRITO	38.898	44.207	40.894	46.558	43.207	47.947

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

10.5.2 Pecuária

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

10.5.3 Pescas, Florestas e Fauna bravia

A flora do distrito é rica em espécies diversificadas de madeira preciosa, nomeadamente, Pau-Preto, Jambire, Chanfuta, Umbila, Metonha, Pau-Rosa, Pau-Ferro, e outras. Existem algumas empresas madeireiras em Meza, Minhewene e Campini, no PA de Meza e na zona de Ungura na Localidade de Nacuale, Posto Administrativo Sede.

Dados do sector indicam haver uma tendência para o aumento do número de licenciados, prevendo-se que, em 2002, o número chegue a 10 operadores. Apesar deste aumento, verifica-se que no mesmo período houve uma redução dos volumes de madeira explorados, resultante das novas medidas introduzidas pelo sector.

Para além da madeira, as comunidades aproveitam os recursos florestais

Ancuabe



para a produção de carvão vegetal e extracção de lenha, que constituem uma fonte de rendimento das famílias, sobretudo nos povoados situados nos corredores. A zona de Nipataco na Localidade de Salaue, é tida como a mais favorita, pois é a que mais abastece a Cidade de Pemba, de carvão e material de construção (bambus, barrotes, tábuas, etc).

Para além de uma grande variedade de frutos silvestres, o distrito tem papaieiras, laranjeiras, bananeiras, cajueiros, goiabeiras e ateiras. A falta de sementes, a seca e a falta de hábitos são os maiores obstáculos à silvicultura no distrito. O distrito de Ancuabe já se debate com problemas de desflorestamento e erosão de solos.

No concernente à fauna bravia, o distrito possui várias espécies de animais de pequeno e grande porte, sendo de destacar os macacos, porcos, gazelas, impalas, cudus, pala-palas, búfalos, leões, elefantes, cobras, saguins, esquilos, aves de diversas espécies, etc. O elefante tem sido visto como a grande praga que apoquent a vida das populações nalgumas aldeias e destrui machambas, celeiros e mata pessoas. A aldeia de Ungura está abrangida pelo Parque Nacional das Quirimbas.

A caça constitui um suplemento dietético para as populações. Os animais mais caçados são a gazela e o javali. Para além dos produtos da caça, a população também consome peixe. No distrito, a fauna bravia não assume importância turística ou comercial.

10.6 Indústria, Comércio e Serviços

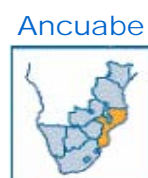
A pequena indústria local (pesca, moageiras, carpintarias, latoarias, artesanato e olaria) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

O comércio informal é o que garante o abastecimento da população em produtos de primeira necessidade, contando para isso com 30 barracas. A rede do comércio formal comporta 42 estabelecimentos comerciais, dos quais 23 operacionais e 19 encerrados por motivos vários. Dos 23 estabelecimentos operacionais, 4 pertencem à APIE.

Em relação à comercialização agrícola, os principais produtos comercializados são o milho, mandioca seca, gergelim, feijão-nhemba e mapira. O amendoim e o feijão boer são cultivados em pequenas quantidades. A média dos produtos comercializados nas campanhas 2001/02 é de 98 toneladas.

São os seguintes os maiores constrangimentos nesta área:

- Deficiente comercialização dos excedentes agrícolas por falta de lojas;



- Dificuldade de escoamento de produtos devido ao mau estado das vias;
- Falta de apoio financeiro aos comerciantes;
- Falta de armazenistas para venda a grosso.

Durante a campanha de 2003, foram cortados 3.746 m³ de madeira pelas 10 empresas licenciadas no distrito.

O principal recurso mineral que o distrito possui é a Grafite, na zona de Muaguide, no PA de Metoro. Existem, ainda, pedras calcárias em Campini, PA de Meza e pedras-semi preciosas em Mocone-Ancuabe sede.

Em 1994, a empresa Grafites de Ancuabe, Lda., um consórcio de três companhias estrangeiras, iniciou a exploração experimental de grafite no distrito tendo, para o efeito, realizado um investimento de 12 milhões de dólares americanos.

Esta fábrica de grafite de Ancuabe é a grande indústria do distrito e província de Cabo Delgado, encontrando-se neste momento paralisada devido à falta de energia eléctrica.

Este recurso serviu para exportação, para além de ter sido a principal fonte de emprego para muitas famílias do distrito. De acordo com a população, a sua paralisação provocou desemprego, redução do comércio e da produção e a conseqüente pobreza do distrito.

Não existe nenhuma instituição bancária a operar no distrito, nem nenhum sistema formal de crédito em condições acessíveis aos operadores locais. As possibilidades de acesso ao crédito derivam de prática no sector informal, nomeadamente dos comerciantes locais e dos familiares dos interessados.



Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Ancuabe

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome Completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Local onde exerce	
1	Zacarias Watosa	Secretário Bairro	M			Sede Distrito	
2	Jorge Arufo	Secretário	M			Naputa	
3	Ancha Sumail	Rainha	F			Muaguide	
4	Afonso Mualussene	Secretário Aldeia	M			Muaguide	
5	José Guilherme	Secretário Aldeia	M			Macaia	
6	Suhute Muatui	Régulo	M			N'naua	
7	Hilário Jumaque	Régulo	M			Meza	
8	João Adamo	Secretário Aldeia	M			Ngura	
9	Momola Warirune	Régulo	M			Nacololo	
10	Jeremias G. Sagal	Secretário Bairro	M			Namapa	
11	Luís Tarau	Secretário Aldeia	M			Téule	
12	Romeu Nampira	Secretário Aldeia	M			Nmanja	
13	Francisco Supia	Secretário Aldeia	M			Ntutupue	
14	José Jeque	Secretário Aldeia	M			Salauc	
15	Suaide Supane	Secretário Aldeia	M			Nacussa	
16	Eugénio João	Secretário Aldeia	M			Mocono	
17	Francisco Silale	Secretário Aldeia	M			Naputa	
18	Aníbal dos Santos Ali	Régulo	M			Ngura	
19	Adriano Cassimo	Secretário Aldeia	M			Mahera	
20	Jacinto Alberto Satate	Secretário Aldeia	M			Muaja	

Ancuabe



21	Benjamin Nacir Pira	Secretário Aldeia	M			Minheweni	
22	Resse Salia	Régulo	M			Ncocora	
23	Daniel Franco	Régulo	M			Nacaca	
24	Alves Laquelia	Secretário Aldeia	M			Nacaca	
25	Joaquim da S. Parias	Secretário Aldeia	M			Nanhomane	
26	Paulino Bilibiza	Secretário Aldeia	M			Nanune	
27	Daniel Namuanja	Régulo	M			Maremano	
28	Paulo Rosário	Secretário Aldeia	M			Maremano	
29	Simão Hassine	Secretário Aldeia	M			Natocua	
30	Rafique C. Mussa	Secretário Aldeia	M			Ncocora	
31	Anli Buanassa	Secretário Aldeia	M			Mihégano	
32	Tavares Albino	Secretário Aldeia	M			Nacololo	
33	Pirate N. Narivai	Secretário Bairro	M			Ntuto	



Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Cabo Delgado, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Cabo Delgado, Maio 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Cabo Delgado, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Cabo Delgado, 2002.*
- Direcção Provincial da Educação de Cabo Delgado, *Relatório de Actividades, 2004.*
- Direcção Provincial de Saúde de Cabo Delgado, *Relatório de Actividades, 2004.*
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital, 1995.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Cabo Delgado, 2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002.*
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Ancuabe



Estatístico Sanitário da Província de Cabo Delgado, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005